



Capul[®]

Cooperar gera valor

somos
coop

RELATÓRIO ANUAL

2023

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA UNAÍ LTDA – CAPUL

EXERCÍCIO 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Raimundo Sauer – Presidente
Manoel José de Faria – Vice Presidente
Adailson Alves de Almeida
Geraldo Magela Marques
Jan Hendrik Boerman
João Luiz de Abreu
José Ivan Ferreira da Costa
Leodito Luiz de Faria
Mucio Soares de Brito Souto
Valdinei Paulo de Oliveira

MEMBROS SUPLENTE

Joaquim Amaral de Campos
José Maria da Silva
Salvador Teixeira Mariano

CONSELHO FISCAL

Cláudio Durães Versiane
Maurício Bento Martins
Norberto Cláudio Silva

MEMBROS SUPLENTE

Messias Rodrigues Ladeia
Silvestre Rodrigues Barbosa Filho
Valdinir Gonçalves da Silva

Senhores Associados,

Em cumprimento das obrigações estatutárias, o conselho de Administração da Cooperativa Agropecuária Unai Ltda., em Assembleia Geral Ordinária, submete à consideração do quadro social relatório de gestão, o balanço patrimonial, a apuração de resultados do exercício de 2023, os pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores externos, o plano de atividades e o orçamento proposto para o exercício de 2024.

Unai-MG, 26 de março de 2024.



Raimundo Sauer
Presidente



Manoel José de Faria
Vice-Presidente

Relatório de Gestão

Diante do cenário do mercado de leite e corte no Brasil que começou operar em baixa desde o início de 2023, questões climáticas, as margens espremidas dos pecuaristas, deixou o produtor com grandes dificuldades para adquirir insumos para sua atividade.

A Capul mesmo diante as instabilidades do mercado de commodities (milho e soja), por meio de muito esforço conseguiu manter a estabilidade do preço de rações durante todo ano, fazendo com que o seu principal insumo tivesse menor impacto no resultado do negócio.

A cooperativa promoveu a participação dos cooperados nos dois Encontros Brasileiros dos Produtores de Leite que foram realizados em Brasília no ano de 2023. Com o objetivo de promover estruturação de políticas públicas para o setor lácteo e ações que protejam a produção nacional frente a importação de leite. Sendo apresentadas propostas para serem analisadas pelo Governo Federal: Reduzir a importação de leite da Argentina; Renegociação das dívidas; Compras públicas de leite para programas sociais.

Visando levar eficiência produtiva e redução de custos no momento de dificuldade da atividade leiteira a Capul impulsionou os trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural assessorando produtores de leite, maracujá, café conilon e ave caipira de corte e postura, promovendo a diversificação de produção para minimizar os impactos na renda do produtor.

Conforme previsto foi concluído as obras da nova recepção de leite e indústria de laticínios que está em fase final de implementação de equipamentos para entrar em operação. Já está em andamento estudo de alternativas de mercado para buscar melhor remuneração aos produtores.

Através da realização do Encontro das Mulheres Cooperativistas da Capul e da participação na Agrotech 2023 em parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais de Unai, levou informação e difundiu conhecimento para os cooperados.

Mais que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo. Agradecemos a todos os cooperados que estiveram juntos com a Capul gerando valor em 2023.

Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Nota	2023	2022
Ingresso / receita operacional líquido	17	846.885.692	973.636.042
Dispêndios / custos com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	18	(668.941.119)	(776.793.413)
Sobra / lucro bruto		177.944.573	196.842.629
(Dispêndios / despesas) ingressos / receitas operacionais			
Dispêndios / despesas com pessoal	19	(54.653.992)	(51.006.648)
Dispêndios / despesas administrativas e gerais	20	(47.146.017)	(58.398.562)
Dispêndios / despesas comerciais	21	(48.851.809)	(50.747.275)
Outros ingressos / receitas e dispêndios / despesas operacionais	22	18.577.411	23.258.840
		(132.074.407)	(136.893.645)
Sobra / lucro antes do resultado financeiro		45.870.166	59.948.984
Resultado financeiro			
Ingressos / receitas financeiras		11.187.568	10.625.893
Dispêndios / despesas financeiras		(28.267.260)	(30.534.804)
	23	(17.079.692)	(19.908.911)
Sobra / lucro antes do imposto de renda e contribuição social		28.790.474	40.040.073
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	13	1.516.885	10.605.670
Sobra / lucro líquido do exercício		30.307.359	50.645.743
Utilização da RATES, líquido dos atos com não associados		4.735.008	4.073.988
Realização da reserva de reavaliação e do AAP, líquido do tributo diferido		1.048.700	(110.052)
Juros sobre capital		(3.564.179)	(3.618.476)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 10%		(3.252.689)	(5.099.120)
RATES – 5%		(1.626.343)	(2.549.560)
Fundo de desenvolvimento – 35%		(11.384.411)	(17.846.921)
Fundo de capitalização – 30%		(9.758.067)	(15.297.228)
Sobra à disposição da AGO	16e	6.505.378	10.198.374

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	2023	2022
Sobra / lucro líquido do exercício	30.307.359	50.645.743
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	30.307.359	50.645.743

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	AAP	RATES	Fundo de desenvolvimento	Sobras à disposição da AGO	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	62.362.953	27.108.803	11.244.786	61.271.428	30.613.827	64.431.075	9.977.369	267.010.241
Distribuição de sobras conforme AGO	-	-	-	-	-	-	(9.977.369)	(9.977.369)
Integralização de capital	551.519	-	-	-	-	-	-	551.519
Baixa de capital	(1.399.591)	-	-	-	-	-	-	(1.399.591)
Incorporação de sobras não resgatadas para reserva legal	-	38.330	-	-	-	-	-	38.330
Realização da reserva de reavaliação do AAP, líquido dos tributos diferidos	-	-	115.837	(5.785)	-	-	(110.052)	-
Sobra / lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	50.645.743	50.645.743
Utilização da RATES, líquidos dos atos com não associados	-	-	-	-	(4.073.988)	-	4.073.988	-
Juros sobre o capital	3.393.961	-	-	-	-	-	(3.618.476)	(224.515)
Constituição das reservas estatutárias e legais:								
Reserva legal	-	5.099.120	-	-	-	-	(5.099.120)	-
RATES	-	-	-	-	2.549.560	-	(2.549.560)	-
Fundo de capitalização	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de desenvolvimento	15.297.228	-	-	-	-	17.846.921	(15.297.228)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.206.070	32.246.253	11.360.623	61.265.643	29.089.399	82.277.996	10.198.374	306.644.358
Distribuição de sobras conforme AGO	-	-	-	-	-	-	(10.198.374)	(10.198.374)
Integralização de capital	467.693	-	-	-	-	-	-	467.693
Baixa de capital	(4.411.734)	-	-	-	-	-	-	(4.411.734)
Incorporação de sobras não resgatadas para reserva legal	-	30.107	-	-	-	-	-	30.107
Realização da reserva de reavaliação do AAP líquido dos tributos diferidos	-	-	(234.304)	(814.400)	-	-	1.048.704	-
Sobra / lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.307.359	30.307.359
Utilização da RATES, líquidos dos atos com não associados	-	-	-	-	(4.735.010)	-	4.735.010	-
Juros sobre o capital	3.355.843	-	-	-	-	-	(3.564.181)	(208.338)
Constituição das reservas estatutárias e legais:								
Reserva legal	-	3.252.689	-	-	-	-	(3.252.689)	-
RATES	-	-	-	-	1.626.345	-	(1.626.345)	-
Fundo de capitalização	9.758.068	-	-	-	-	-	(9.758.068)	-
Fundo de desenvolvimento	-	-	-	-	-	11.384.412	(11.384.412)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	89.375.940	35.529.049	11.126.319	60.451.243	25.980.734	93.662.408	6.505.378	322.631.071

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

Em reais

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra / lucro líquido do exercício	30.307.359	50.645.743
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	5.326.994	4.911.834
Perdas com créditos esperadas – PCE	3.070.889	168.630
Perdas estimadas para não realização de tributos	9.298.690	20.136.860
Valor residual das baixas do imobilizado	37.890	41.922
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.516.885)	(10.605.670)
Reversão de provisão de estoque	(505.596)	-
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(2.025.314)	(6.542.765)
Estoques	53.379.209	(14.716.055)
Impostos e contribuições a recuperar	(21.914.822)	(28.189.208)
Adiantamentos a cooperados	(38.942)	(81.740)
Despesas antecipadas	(84.242)	(140.834)
Outros ativos	(1.174.498)	(1.728.678)
Depósitos judiciais	(691.584)	(180.823)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(7.170.902)	13.155.481
Obrigações com cooperados	(1.369.247)	(6.019.222)
Obrigações sociais e trabalhistas	64.596	398.463
Impostos e contribuições a recolher	(294.158)	(258.751)
Provisão para férias e encargos	435.309	891.751
Outros passivos	(2.966.215)	(3.617.218)
Recursos líquidos provenientes das operações	<u>62.168.531</u>	<u>18.269.720</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	108.922	(320.195)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(28.662.222)	(44.421.961)
Recursos líquidos aplicados das atividades de investimentos	<u>(28.553.300)</u>	<u>(44.742.156)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	(30.598.571)	61.620.308
Distribuição de sobras	(10.198.374)	(9.977.369)
Integralização de capital	467.693	551.519
Baixa de capital	(4.411.734)	(1.399.591)
Incorporação de sobras não resgatadas para o Fundo de Reserva	30.107	38.330
Recursos líquidos aplicados (provenientes) das atividades de financiamentos	<u>(44.710.879)</u>	<u>50.833.197</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.095.648)</u>	<u>24.360.761</u>
Variação do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	93.015.026	104.110.674
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.110.674	79.749.913
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.095.648)</u>	<u>24.360.761</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL, sediada em Unai MG, que contava com 3.873 cooperados no fim de 2023 e 3.697 cooperados no fim de 2022, objetiva preservar e melhorar a qualidade de vida econômica e social de seus cooperados, especialmente produtores agropecuários, tendo ainda como objetivo promover: o estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades socioeconômicas de caráter comum; a venda, em comum, da produção agropecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais; a certificação de identificação de origem bovina e bubalina, observando normas do Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento e demais órgãos; ações de responsabilidade social em sua área de atuação; a divulgação entre os cooperados dos conceitos e práticas de preservação do meio ambiente. Para consecução de seus objetivos, a Cooperativa poderá, realizar a preparação do leite como atividade principal, podendo exercer atividades secundárias de comércio, transporte, abastecimento, entre outras, para atender os cooperados tais como: prestar serviços de assistência técnica agrônômica, veterinária, zootécnica e social; atuar no comércio varejista de medicamentos veterinários, rações e suplementos minerais, material de construção em geral, ferragens e ferramentas, mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios – supermercado, combustível para veículos automotores e lubrificantes; realizar transporte rodoviário de carga; atuar como armazém geral; produzir, adquirir, beneficiar, padronizar, armazenar e industrializar e comercializar bens e serviços, registrando suas marcas quando for o caso; participar de empresas não cooperativas mediante aprovação da Assembleia; associar a outras cooperativas para formar cooperativas centrais; pode operar com terceiros até o limite máximo permitido pela legislação vigente e prestar serviços dos quais serão disciplinados e regulados pelo Conselho de Administração, tendo seus custos cobertos pelo beneficiário e na proporção do uso.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 23 de fevereiro de 2024.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c Moeda de apresentação e moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda de apresentação e funcional da Cooperativa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma. Em nota explicativa.

d Uso de estimativas e julgamentos

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- i. **Revisão da vida útil a valor recuperável do ativo imobilizado:** a capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cooperativa é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

- ii. **Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas com créditos esperadas:** a provisão para perdas sobre créditos esperadas é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com expectativa de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantias reais, históricos e outras características.
- iii. **Provisão para perdas com estoques obsoletos/ de baixo giro:** é registrada com base nos itens de baixo giro, sem movimentação há mais de 180 dias, desde que não integrem ao estoque de segurança.
- iv. **Provisão para não realização de tributos a recuperar (ICMS, PIS e COFINS):** a provisão para não realização de determinados tributos a recuperar (ICMS, PIS e COFINS) é calculada mediante a análise das atuais perspectivas de realização, passando por uma avaliação sobre a natureza dos créditos, canais de recuperação, cenário das atividades no atual ambiente tributário e histórico dessas operações.
- v. **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Cooperativa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de tributos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.
- vi. **Análise dos riscos para provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:** A Cooperativa é parte envolvida em processos tributários, cíveis e eventualmente trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, nas experiências passadas e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As demandas com risco de perda classificado como provável são contabilizadas, as demandas com risco de perda possível são divulgadas em nota explicativa e as demandas com risco de perda remota não são divulgadas, conforme norma contábil específica. Dado a sua personalidade jurídica e atributos societários da Cooperativa, a Administração tende a ser conservadora na análise da provisão para contingências

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de estimativa.

Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

3 Políticas contábeis materiais

A Cooperativa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

Além disso, a Cooperativa adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao *IFRS Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas/principais”. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre as políticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 em determinados casos.

a Reconhecimento de ingressos e receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

a.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

a.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

b Instrumentos financeiros**Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

b.1 Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos financeiros. A Cooperativa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios Cooperativa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Cooperativa possui são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Cooperativa ao custo amortizado incluem equivalentes de caixa (exceto aplicações financeiras), contas a receber, adiantamentos e outros ativos.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Cooperativa classifica as aplicações financeiras.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

- A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cooperativa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cooperativa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

b.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cooperativa incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e outros passivos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Cooperativa possui são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado:* após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa.

São apresentadas aos valores presente e de realização e segregados e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

e Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e inclui gastos para a aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

O custo dos produtos acabados compreende as matérias primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas do balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

f Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e ajustado ao valor justo, são representados por cotas adquiridas de cooperativa de crédito, cooperativas de produção e substancialmente da Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. – CCPR (ITAMBÉ).

g Imobilizado**g.1 Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído – *deemed cost* para os bens das contas de terrenos, edificações, veículos e máquinas e equipamentos e instalações, com base em laudo de peritos independentes.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares adquiridos separadamente, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

j Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimentos até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores, no passivo não circulante.

k Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos. As operações com terceiros geram tributos,

sendo calculados com base no lucro real apurado de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes (IRPJ 15% + 10% de adicional e CSLL 9%). Os tributos diferidos são reconhecidos sobre a reserva de reavaliação, no passivo não circulante.

o Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

p Capital social

As cotas de capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme Artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho e será devolvido conforme o Estatuto e a Legislação da Cooperativa.

q Reserva de reavaliação

A realização da reserva de reavaliação (basicamente depreciação do ativo não circulante imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

r Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

s Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	925.695	856.203
Bancos conta movimento	4.549.697	5.167.366
Aplicações financeiras	87.539.634	98.087.105
	<u>93.015.026</u>	<u>104.110.674</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em “Aplicações financeiras” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (RDB), Recibo de Depósito Cooperativo (RDC), títulos de renda fixa e aplicações automáticas substancialmente remunerados com base no percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5 Contas a receber

a Composição do saldo

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cooperados conta produção	78.314.664	3.884.139	82.198.803	73.322.108	3.078.454	76.400.562
Conta corrente CCPR	7.122.895	-	7.122.895	11.614.408	-	11.614.408
Clientes	13.737.046	-	13.737.046	14.567.033	-	14.567.033
Cobrança Judicial	-	5.847.612	5.847.612	-	4.595.934	4.595.934
Outras contas a receber	1.307.098	-	1.307.098	1.010.203	-	1.010.203
	100.481.703	9.731.751	110.213.454	100.513.752	7.674.388	108.188.140
Perdas de créditos esperadas PCE (i)	(3.556.368)	(4.262.987)	(7.819.355)	(479.083)	(4.269.383)	(4.748.466)
	96.925.335	5.468.764	102.394.099	100.034.669	3.405.005	103.439.674

(i) As perdas com créditos esperadas foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do comitê de crédito da Cooperativa e dos consultores jurídicos. As perdas calculadas pela Administração da Cooperativa são consideradas suficientes para cobrir eventuais inadimplências de contas a receber.

b Contas a receber por prazos de vencimento

Descrição	2023					
	Cooperados conta produção	Conta corrente CCPR	Clientes	Cobrança judicial	Outras contas a receber	Total
A vencer	74.468.386	7.122.895	12.351.322	11.000	851.540	94.805.143
Vencidas até 30 dias	4.596.719	-	826.630	448.168	427.682	6.299.199
Vencidas de 31 a 60 dias	810.446	-	127.227	6.000	302	943.975
Vencidas de 61 a 90 dias	586.588	-	90.931	-	1.744	679.263
Vencidas de 91 a 180 dias	903.913	-	80.733	235.268	2.859	1.222.773
Vencidas há mais de 180 dias	832.751	-	260.203	5.147.176	22.971	6.263.101
	82.198.803	7.122.895	13.737.046	5.847.612	1.307.098	110.213.454

Descrição	2022					
	Cooperados conta produção	Conta corrente CCPR	Clientes	Cobrança judicial	Outras contas a receber	Total
A vencer	70.161.399	11.614.408	13.017.198	23.000	1.010.203	95.826.208
Vencidas até 30 dias	3.561.505	-	857.207	70.505	-	4.489.217
Vencidas de 31 a 60 dias	1.235.586	-	124.598	241.486	-	1.601.670
Vencidas de 61 a 90 dias	618.812	-	175.098	130.201	-	924.111
Vencidas de 91 a 180 dias	457.994	-	106.651	56.880	-	621.525
Vencidas há mais de 180 dias	365.266	-	286.281	4.073.862	-	4.725.409
	76.400.562	11.614.408	14.567.033	4.595.934	1.010.203	108.188.140

6 Estoques

Descrição	2023	2022
Produtos acabados e insumos	29.828.913	51.873.721
Mercadorias para revenda	97.122.799	101.795.316
Lojas de serviços	1.474.195	1.353.022
Almoxarifado	789.780	886.406
Estoques transitórios	1.621.697	2.739.937
Estoques em poder de terceiros	1.827.426	27.395.617
(-) Perdas estimadas para não realização dos estoques	(4.742.610)	(5.248.206)
	127.922.200	180.795.813

A Administração da Cooperativa entende que as perdas estimadas para não realização dos estoques são suficientes para cobrir eventuais perdas por obsolescência.

7 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS (i)	610.703	48.622.495	49.233.198	-	41.608.562	41.608.562
PIS (ii)	7.429.910	7.033.613	14.463.523	5.093.306	7.033.613	12.126.919
COFINS (ii)	33.680.180	32.183.836	65.864.016	23.305.537	32.183.836	55.489.373
IRPJ	2.625.895	-	2.625.895	2.762.925	-	2.762.925
CSLL	1.029.736	-	1.029.736	1.169.360	-	1.169.360
Outros impostos	3.141.090	-	3.141.090	1.281.977	-	1.281.977
ICMS sobre imobilizado	394.070	-	394.070	397.590	-	397.590
(-) Perdas estimadas para não realização <input type="checkbox"/> ICMS (i)	(74.280)	(48.622.495)	(48.696.775)	(74.280)	(41.608.562)	(41.682.842)
(-) Perdas estimadas para não realização <input type="checkbox"/> PIS e COFINS (ii)	(2.284.757)	(39.217.449)	(41.502.206)	-	(39.217.449)	(39.217.449)
	46.552.547	-	46.552.547	33.936.415	-	33.936.415

(i) A Cooperativa está em processo de análise sobre as soluções para a operacionalização dos créditos de ICMS constituídos sobre as operações realizadas substancialmente entre os estados de Mato Grosso e Goiás. A Administração da Cooperativa entende que a realização dos créditos é de possível realização, entretanto, optou em constituir perdas estimadas para não realização sobre esses créditos considerando as circunstâncias atuais de possibilidade de realização.

(ii) A Cooperativa amparada nas Leis nº 10.637/2002, 10.833/2003 e alterações posteriores, efetuou a reapuração das contribuições do PIS e da COFINS pela sistemática não-cumulativa. Dessa forma, a administração da Cooperativa efetuou o levantamento dos créditos de PIS e da COFINS pertinentes ao período de janeiro de 2017 a dezembro de 2020, bem como efetuou a transmissão dos Pedidos Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PERD/COMP). Ainda, a Administração da Cooperativa entende que a realização dos créditos de PIS e COFINS originados das operações tipo "101" é de possível realização, entretanto, optou em constituir perdas estimadas para não realização sobre esses créditos considerando as circunstâncias atuais de possibilidade de realização.

8 Investimentos

Descrição	2023	2022
Participações em cooperativas		
Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. (CCPR)	9.446.752	9.446.752
SICOOB Noroeste de Minas	1.774.216	1.522.433
Outros investimentos	118.046	107.459
	11.339.014	11.076.644

9 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de Depreciação	Custo		Depreciação acumulada		2023	2022
		histórico	Reavaliação	AAP	acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	1.664.917	7.716.318	57.283.185	-	66.664.420	66.664.420
Prédios e edificações	De 1,7% a 50%	30.596.771	8.143.237	14.150.558	(16.833.691)	36.056.875	37.125.300
Máquinas e equipamentos	De 2,5% a 50%	23.172.958	-	2.457.321	(12.438.441)	13.191.838	12.393.253
Móveis e utensílios	10%	6.196.290	-	-	(2.367.293)	3.828.997	3.796.927
Veículos	De 8,3 a 50%	10.490.744	-	1.907.785	(11.107.964)	1.290.565	2.489.443
Equipamentos de informática	20%	4.542.585	-	-	(3.703.701)	838.884	932.461
Tratores	De 7,1% a 50%	1.903.646	-	70.771	(1.369.500)	604.917	861.147
Imobilizações em andamento	-	76.760.548	-	-	-	76.760.548	51.516.629
		155.328.459	15.859.555	75.869.620	(47.820.590)	199.237.044	175.779.580

A Cooperativa registrou reavaliação espontânea das contas de terrenos e prédios e edificações com base em laudo de avaliação de peritos independentes emitido. A contrapartida do valor acrescido ao imobilizado foi registrada como reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

Ainda, a Administração da Cooperativa contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído ("deemed cost") de seus ativos imobilizados que emitiu laudo técnico base para os registros contábeis. O resultado apurou um acréscimo no ativo imobilizado em contrapartida do patrimônio líquido na conta de Ajuste de avaliação patrimonial (AAP). A Administração constituiu a provisão dos tributos diferidos proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos. Foi também contemplada no laudo dos peritos independentes, a análise da vida útil remanescente e a determinação dos valores residuais

finais dos grupos pertinentes. Portanto, a despesa de depreciação no exercício está ajustada levando em consideração as referidas análises.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

a Movimentação do custo, reavaliação e AAP e depreciação acumulada

	Custo de aquisição Reavaliação + AAP	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	174.438.728	(37.705.517)	136.733.211
Adições	44.421.961	(5.333.670)	39.088.291
Baixas	(165.536)	123.614	(41.922)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	218.695.153	(42.915.573)	175.779.580
Adições	28.662.221	(5.166.867)	23.495.354
Baixas	(299.740)	261.850	(37.890)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	247.057.634	(47.820.590)	199.237.044

10 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos contratuais	Vencimento final	2023			2022		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Capital de giro	7,50% à 11,50% a.a +CDI	5/5/2028	68.798.915	147.671.178	216.470.095	141.813.142	115.382.852	257.195.993
Repasse	11,28% à 11,50% a.a	30/11/2027	10.792.936	3.227.737	14.020.671	297.219	3.367.665	3.664.884
Finame	5,83% + TLP à 8,5% a.a.	15/7/2023	-	-	-	59.200	169.259	228.459
			79.591.851	150.898.915	230.490.766	142.169.561	118.919.776	261.089.336

As garantias são avais da diretoria e alienações de bens.

11 Fornecedores

Descrição	2023			2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores diversos	30.266.215	2.462.747	32.728.962	38.116.006	1.595.111	39.711.117
Fornecedores CCPR	79.900	-	79.900	268.647	-	268.647
	30.346.115	2.462.747	32.808.862	38.384.653	1.595.111	39.979.764

O saldo em 31 de dezembro de 2023 é composto substancialmente por fornecedores de mercadorias, que são disponibilizados nos supermercados, fornecedores de insumos agrícolas, que são disponibilizados nas lojas agrícolas, fornecedores de combustíveis e lubrificantes, que são disponibilizados nos postos de combustíveis, adquiridos diretamente dos fabricantes e fornecedores de embalagens utilizadas na produção da indústria, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

12 Obrigações com cooperados

Descrição	2023	2022
Valores a pagar - Produção Leite (i)	4.145.719	5.681.087
Sobras a pagar de cooperados	1.146.881	1.022.127
Outras obrigações a pagar de cooperados	51.238	9.871
	5.343.838	6.713.085

- (i) Saldo refere-se a valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção de leite à Cooperativa, cuja operações são liquidadas em até 60 dias após emissão do documento.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferido foram atribuídos da seguinte maneira:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo não circulante		
Adições e exclusões temporárias do Lalur (i)	10.754.236	9.098.834
	<u>10.754.236</u>	<u>9.098.834</u>
Passivo não circulante		
Ajuste de avaliação patrimonial – imobilizado (ii)	(6.977.579)	(6.945.517)
Reserva de reavaliação – imobilizado (ii)	(1.309.802)	(1.203.347)
	<u>(8.287.381)</u>	<u>(8.148.864)</u>
Saldo líquido classificado no ativo (passivo) não circulante	<u>2.466.855</u>	<u>949.970</u>

- (i) **Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as adições e exclusões temporárias do Lalur** Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Considerando a particularidade da Cooperativa que opera parcialmente com não associados, a Cooperativa efetuou a constituição dos tributos sobre o montante apurado por meio do percentual de atos com não associados acumulado do exercício (12 meses) e posteriormente aplicou às alíquotas vigentes.

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Base de cálculo - Diferenças temporárias	103.925.042	92.058.059
(%) Atos não associados	30,44%	29,07%
Base de cálculo	<u>31.630.106</u>	<u>26.761.278</u>
Imposto de renda - alíquota 25%	7.907.526	6.690.319
Contribuição social - alíquota 9%	2.846.710	2.408.515
	<u>10.754.236</u>	<u>9.098.834</u>

- (ii) **Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial – AAP** Constituídos sobre os ajustes de reavaliação dos bens do ativo imobilizado dos grupos de terrenos e prédios e edificações e da apuração do custo atribuído (*deemed cost*) dos bens do ativo imobilizado, dos grupos de terrenos, prédios e edificações, máquinas e equipamentos e veículos, com base em laudo de peritos independentes. Considerando a particularidade da Cooperativa que opera parcialmente com não associados, a Cooperativa efetuou a constituição dos tributos sobre o montante apurado pelo percentual médio praticado no exercício sobre as operações com terceiros.

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Base de cálculo - Ajuste de avaliação patrimonial e reavaliação	79.864.943	80.775.130
(%) Atos não associados (i)	30,52%	29,67%
Base de cálculo	<u>24.374.650</u>	<u>23.967.248</u>
Imposto de renda - alíquota 25%	6.093.662	5.991.812
Contribuição social - alíquota 9%	2.193.719	2.157.052
	<u>8.287.381</u>	<u>8.148.864</u>

(*) Percentual médio mensal aplicado a depreciação e baixa de ativos no exercício.

Os efeitos do imposto de renda e a contribuição social diferidos no resultado do exercício, somam R\$ 1.516.885 em 2023 (R\$ 10.605.670 em 2022).

14 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Descrição	2023	2022
Ações tributárias	1.132.678	1.132.678
Ações trabalhistas e cíveis	28.418	28.418
	1.161.096	1.161.096
Depósitos judiciais	(3.203.905)	(2.512.321)
	(2.042.809)	(1.351.225)

Tributárias – provisão constituída para fazer face às possíveis perdas nas ações tributárias que está coberta por depósitos judiciais. Foi constituída com base na expectativa da Administração da Cooperativa, fundamentada pela opinião de seus consultores jurídicos. O saldo desta provisão está composto por discussões sobre o PIS e COFINS sobre a receita de atos cooperativos relativos a venda de leite, correspondente ao período de novembro de 1999 a abril de 2015, dos quais os tributos devidos foram provisionados e depositados judicialmente. Em 2020, a Cooperativa obteve êxito do processo e parte dos depósitos judiciais corrigidos pela SELIC foram revertidos em favor da Cooperativa e parte da provisão de contingência, também, foi revertida.

Trabalhistas e cíveis – provisão para fazer face as possíveis perdas em ações trabalhistas e cíveis e está coberta por depósitos judiciais. Foi constituída com base na expectativa dos consultores jurídicos para as ações cuja perda foi considerada provável.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado nos exercícios é considerado suficiente pela Administração e consultoria jurídica da Cooperativa para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais. A Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, mas não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

15 Passivos contingentes

A Cooperativa discute quatro ações de natureza cível, quatro ações de natureza trabalhista e três ações de natureza tributária nos montantes, em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 2.771.779, R\$ 1.126.955 e R\$ 584.243, respectivamente (em 2022 discutia cinco ações de natureza cível, uma ação de natureza trabalhista e duas ações de natureza tributária nos montantes, de R\$ 2.608.882, R\$ 118.002 e R\$ 384.524, respectivamente). A opinião dos consultores jurídicos quanto ao risco de perda no desfecho desses processos até o momento é classificada como possível, mas não provável.

16 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva legal, calculados sobre os resultados dos atos Cooperativos;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- 30% para Fundo de capitalização, calculados sobre os resultados dos atos Cooperativos.
- 35% para Fundo de desenvolvimento e investimento, calculados sobre os resultados dos atos Cooperativos;
- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar oportunamente outros fundos.
- os resultados com operações com terceiros serão destinados a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES.

c Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado realizada em exercícios anteriores líquido dos tributos diferidos. A realização da reserva de reavaliação e do tributo diferido está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO.

d Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial – AAP de bens do ativo imobilizado. A realização do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação e baixa do ativo imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, bem como os respectivos tributos diferidos correspondentes a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

e Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e destinações estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a utilização dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Descrição	2023	2022
Sobra / lucro líquido do exercício	30.307.359	50.645.743
Utilização da RATES, líquido dos atos com não associados	4.735.010	4.073.988
Realização da reserva de reavaliação, do AAP e tributos diferidos	1.048.704	(110.052)
Juros sobre capital	(3.564.181)	(3.618.476)
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 10%	(3.252.689)	(5.099.120)
RATES – 5%	(1.626.345)	(2.549.560)
Fundo de desenvolvimento – 35%	(11.384.412)	(17.846.921)
Fundo de capitalização – 30%	(9.758.068)	(15.297.228)
Sobra à disposição da AGO	6.505.378	10.198.374

17 Ingresso / receita operacional líquido

Descrição	2023	2022
Ingresso / receita operacional bruto		
Vendas de produtos e mercadorias – cooperados	565.422.250	665.142.599
Vendas de produtos e mercadorias – não cooperados	329.069.535	362.959.240
Prestação de serviços – cooperados	1.454.039	1.538.575
Prestação de serviços – não cooperados	201.257	400.208
	896.147.081	1.030.040.622
Deduções do ingresso / receita bruto		
Impostos incidentes sobre vendas – cooperados	(16.225.910)	(20.070.247)
Impostos incidentes sobre vendas – não cooperados	(23.467.658)	(26.936.596)
Deduções e abatimentos – Cooperados	(5.625.083)	(6.443.440)
Deduções e abatimentos – Não cooperados	(3.942.738)	(2.954.297)
	(49.261.389)	(56.404.580)
	846.885.692	973.636.042

18 Dispêndios / custos com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados

Descrição	2023	2022
Custo dos produtos e mercadorias vendidas - cooperado	441.784.936	525.681.668
Custo dos produtos e mercadorias vendidas - não cooperados	227.156.183	251.111.745
	668.941.119	776.793.413

19 Dispêndios / despesas com pessoal

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários e ordenados	(27.566.396)	(24.968.644)
Encargos sociais	(14.239.817)	(12.890.766)
Provisões de férias e 13º salário	(6.222.430)	(5.799.721)
Participação nas Sobras	(2.034.116)	(4.043.151)
Indenizações trabalhistas	(705.034)	(650.868)
Vales transporte e alimentação	(2.959.485)	(1.782.170)
Honorários	(547.184)	(513.111)
Outros	(379.530)	(358.217)
	<u>(54.653.992)</u>	<u>(51.006.648)</u>

20 Dispêndios / despesas administrativas e gerais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Perdas por não realização de tributos (i)	(9.298.690)	(20.136.861)
Manutenção de edificações e máquinas	(7.808.821)	(7.860.392)
Depreciação e amortização	(4.496.046)	(4.599.164)
Despesas bancárias	(3.600.747)	(3.685.350)
Material de expediente	(3.023.730)	(3.708.603)
Impostos contribuições e taxas	(2.831.370)	(2.820.527)
Serviços de terceiros	(2.829.401)	(3.052.985)
Água, luz e telefone	(2.498.087)	(2.097.639)
Lanches e refeições	(1.549.231)	(1.290.637)
Seguros	(1.187.704)	(924.158)
Diárias e despesas com viagens	(1.082.223)	(820.976)
Aluguel	(967.532)	(932.971)
Doações	(729.527)	(763.649)
Cursos e treinamentos	(107.035)	(405.733)
Outros	(5.135.873)	(5.298.917)
	<u>(47.146.017)</u>	<u>(58.398.562)</u>

(i) Refere-se a constituição de perdas estimadas para não realização de ICMS, PIS e da COFINS, conforme nota 7.

21 Dispêndios/ despesas comerciais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Autônomos	(21.268.140)	(21.754.434)
Comissões	(10.485.207)	(11.571.401)
Fretes	(5.788.177)	(5.970.563)
Perdas com créditos esperadas □ PCE	(3.607.368)	(343.183)
Veículos	(3.491.393)	(4.481.997)
Ajustes de inventários	(2.231.106)	(1.584.341)
Bonificações	(1.316.236)	(971.771)
Perdas por sinistros de mercadorias	(1.518.212)	-
Reversão (provisão) de perdas por desvalorização e de mercadorias	2.258.847	(2.481.154)
Outros dispêndios/ despesas comerciais	(1.404.817)	(1.588.431)
	<u>(48.851.809)</u>	<u>(50.747.275)</u>

22 Outros ingressos / receitas e dispêndios / despesas operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Outros ingressos / receitas operacionais		
Crédito de PIS e COFINS (i)	11.274.006	16.258.837
Bonificações recebidas	4.407.664	4.108.942
Recuperação de despesas	1.184.227	1.717.807
Outros	2.100.131	1.313.894
	<u>18.966.028</u>	<u>23.399.480</u>
Outros dispêndios / despesas operacionais		
Multas	(20.748)	(56.769)
Outros	(367.869)	(83.871)
	<u>(388.617)</u>	<u>(140.640)</u>
	<u>18.577.411</u>	<u>23.258.840</u>

(i) Refere-se ao reconhecimento da receita face ao levantamento dos créditos de PIS e COFINS, conforme nota explicativa 7.

23 Resultado financeiro

Descrição	2023	2022
Ingressos / receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	7.715.082	7.810.706
Juros recebidos	2.932.812	2.430.212
Descontos obtidos	243.140	297.156
Outros ingressos/receitas financeiras	296.535	87.819
	11.187.569	10.625.893
Dispêndios / despesas financeiras		
Juros e correções	(27.516.669)	(29.905.176)
Descontos concedidos	(204.299)	(134.254)
Outros dispêndios/despesas financeiras	(546.293)	(495.374)
	(28.267.261)	(30.534.804)
	(17.079.692)	(19.908.911)

24 Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de imposto de renda e da contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com não associados são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

25 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

Natureza da operação	2023			
	Diretoria executiva	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
Ativo				
Contas a receber de cooperados	567.757	3.025.715	40.217	3.633.689
Passivo				
Obrigações com cooperados	1.657	40.929	27.783	70.370
Capital social	523.284	1.008.804	185.972	1.718.060
(b) Transações no exercício				
Cédula de presença	-	229.233	72.646	301.879
Remuneração paga	395.697	-	-	395.697
Faturamento	2.195.590	17.331.327	1.020.851	20.547.769

Natureza da operação	2022			
	Diretoria executiva	Conselho de administração	Conselho fiscal	Total
Ativo				
Contas a receber de cooperados	865.238	3.110.006	1.053.696	5.028.940
Passivo				
Obrigações com cooperados	225.713	279.690	58.660	564.063
Capital social	420.329	1.387.379	383.167	2.190.875
(b) Transações no exercício				
Cédula de presença	-	208.017	68.147	276.164
Remuneração paga	468.371	-	-	468.371
Faturamento	3.217.761	16.814.368	3.255.896	23.288.025

26 Produção agrícola armazenada

A Cooperativa possui em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produto	Unidade	Quantidade	
		2023	2022
Milho em grãos	Sacas	187.572	114.369
Sorgo em grãos	Sacas	70.422	10.253
		257.994	124.622

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos

a Fatores de risco financeiro

Os principais riscos nos quais a Cooperativa está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, de mercado, de crédito e de liquidez, e eventuais mudanças significativas no segmento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Cooperativa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta Administração que atua ativamente na gestão operacional da Cooperativa.

A Cooperativa possui como prática gerir seus riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta Administração são:

- ✓ Risco de mercado;
- ✓ Risco de crédito; e
- ✓ Risco de liquidez;

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa a cada um dos riscos acima mencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

a.1 Risco de mercado

A Cooperativa compra e vende produtos agrícolas, mercadorias, combustíveis e aditivos, estando sujeita ao risco de flutuação de preço (Risco de volatilidade do mercado destes itens). A administração da Cooperativa acompanha a variação de preços desses itens, bem como a existência de eventuais "descompassos" entre posições compradas e vendidas.

a.2 Risco de crédito

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito tolerável no curso de seus negócios decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A diversificação de sua carteira de recebíveis, os procedimentos de avaliação de crédito, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Com respeito às instituições financeiras, a Cooperativa somente realiza operações com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating.

a.3 Risco de liquidez

É o risco de a Cooperativa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência do descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas estratégias para desembolsos e recebimentos futuros (fluxos de caixa), sendo monitoradas periodicamente pela administração. A situação da Cooperativa apresenta alta liquidez nos exercícios apresentados.

b Gestão de capital

A política da Administração da Cooperativa é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A dívida da Empresa para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total do passivo	284.539.303	326.230.153
Menos: Imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo)	-	-
Saldo do passivo ajustado	<u>284.539.303</u>	<u>326.230.153</u>
Menos: caixa e equivalentes de caixa	93.015.026	104.110.674
Dívida líquida (A)	<u>191.524.277</u>	<u>222.119.479</u>
Total do patrimônio líquido (B)	322.631.071	306.644.358
Índice da dívida pelo patrimônio ajustado (A)/(B)	0,59	0,72

28 Cobertura de seguros


A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29 Demonstrações de sobras/lucros ou perdas/prejuízos de atos cooperados e não cooperados


Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

	<u>2023</u>			<u>2022</u>		
	<u>Ato cooperativo</u>	<u>Ato não cooperativo</u>	<u>Total</u>	<u>Ato cooperativo</u>	<u>Ato não cooperativo</u>	<u>Total</u>
Ingresso / receita operacional líquido	604.802.850	242.082.842	846.885.692	700.702.042	272.934.000	973.636.042
Dispêndios / custos com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados	(441.784.936)	(227.156.183)	(668.941.119)	(525.681.668)	(251.111.745)	(776.793.413)
Sobra / lucro bruto	163.017.914	14.926.659	177.944.573	175.020.374	21.822.255	196.842.629
(Dispêndios / despesas) ingressos / receitas operacionais	(93.228.743)	(38.845.664)	(132.074.407)	(96.994.962)	(39.898.683)	(136.893.645)
Sobra / lucro antes do resultado financeiro	69.789.171	(23.919.005)	45.870.166	78.025.412	(18.076.428)	59.948.984
Resultado financeiro	1.917.426	(18.997.118)	(17.079.692)	1.550.266	(21.459.177)	(19.908.911)
Sobra / (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	71.706.597	(42.916.123)	28.790.474	79.575.678	(39.535.605)	40.040.073
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	-	1.516.885	1.516.885	-	10.605.670	10.605.670
Sobra líquida / (prejuízo) do exercício	<u>71.706.597</u>	<u>(41.399.238)</u>	<u>30.307.359</u>	<u>79.575.678</u>	<u>(28.929.935)</u>	<u>50.645.743</u>

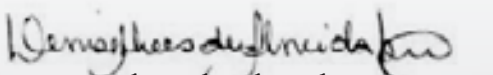
Obs.: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperado é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperado é definida como receitas, custos e despesas.



Raimundo Sauer
Presidente



Manoel José de Faria
Vice-Presidente



Denise Alves de Almeida Pereira
Contadora Responsável
CRCMG - 099396/O



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL
Unai MG

Moore Prisma Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Agropecuária Unai Ltda.–CAPUL (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária Unai Ltda. – CAPUL em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.



Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 23 de fevereiro de 2024.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S MG



Thiago Sousa Portugal
Contador □ CRC SP258542/O-1 S MG

Parecer do Conselho Fiscal



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária Unaf Ltda - CAPUL, em atenção ao disposto no inciso XI do artigo 49 do Estatuto Social, reuniu na data de 15/03/2024, para analisar o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e demais peças contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com finalidade de emitir seu parecer para a Assembleia Geral.

Após o acompanhamento sistêmico, em todos os meses do ano, das demonstrações financeiras do exercício findo, após criteriosa análise das peças contábeis, e se valendo ainda do Relatório RTA-097-2024, dos Auditores Independentes da Empresa Moore Prisma Auditores e Consultores, que emitiu opinião nos seguintes termos: *"Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária Unaf Ltda - CAPUL em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil"*. O Conselho Fiscal é favorável ao encaminhamento de todas as peças à Assembleia Geral Ordinária "AGO" para sua aprovação, por entender que as contas apresentadas pela Diretoria representam a real situação patrimonial e financeira da CAPUL.

Unaf/MG, 15 de março de 2024.

Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária Unaf Ltda



Maurício Bento Martins
Coordenador



Claudio Durães Versiani
Secretário



Norberto Claudio Silva
Membro

Plano de Atividades para 2024

Ações para o Cooperado

- Fortalecer a relação da cooperativa com seus cooperados, levando a cooperativa cada vez mais perto, mostrando as possibilidades de desenvolvimento pessoal e social que uma cooperativa proporciona.
- Intensificar a assistência técnica buscando convênios com técnicos especializados para aprimorar os atendimentos técnicos.
- Ampliar o atendimento do departamento de assistência técnica e projetos para dar suporte aos cooperados das diversas atividades (leite, aves de corte, aves de postura, agricultura, pecuária de corte e piscicultura), buscando viabilizar a atividade no campo e difundir a importância da assistência técnica.

Área Industrial/Comercial

- Iniciar as atividades da Recepção e Indústria de Laticínios e implementar novas formas de negociação para agregar valor ao leite dos nossos cooperados.
- Conclusão da ampliação da fábrica de Nutrição Animal.

Área Administrativa e Organizacional

- Promover cada vez mais treinamentos de capacitação em todos os níveis funcionais;
- Continuar fomentando os Comitês Educativos, incentivando a participação dos cooperados nas comunidades e cada vez mais levar informações com relação às operações e serviços da cooperativa.

Responsabilidade Social

- Intensificar a disseminação da posição da CAPUL em relação à preservação ambiental através de conscientização ambiental, entre outras ações.
- Continuar e aprimorar os trabalhos de segurança e medicina do trabalho, a fim de garantir a saúde dos colaboradores.

Investimentos 2024

Laticínios	R\$ 3.000.000,00
Conclusão Ampliação Nutrição Animal	R\$ 5.000.000,00
Manutenções Lojas Comerciais	R\$ 1.000.000,00
Total de investimentos programados	R\$ 9.000.000,00

Resultado Anual por Setor 2023

Setores	Faturamento Bruto	Resultado Líquido
Lojas Agroveterinárias		
Agroveterinária Unai	152.658.605	9.335.134
Agroveterinária Arinos	17.176.103	1.135.488
Agroveterinária Cab grande	16.007.142	1.305.614
Agroveterinária Dom Bosco	10.130.376	605.532
Agroveterinária Buritis	31.731.867	2.694.763
Agroveterinária Bonfinópolis	17.590.048	1.292.559
Agroveterinária Natalândia	7.204.535	418.634
Agroveterinária Uruana	9.389.025	860.364
Agroveterinária Riachinho	12.740.312	1.209.229
Agroveterinária Brasilândia	12.849.263	997.541
Agroveterinária Cab Goiás	7.613.807	635.385
Agroveterinária Urucuaia	5.327.192	245.564
Agroveterinária Ruralminas	4.936.670	284.523
	305.354.946	21.020.330
Postos de combustíveis		
Combustíveis Unai	57.258.872	4.425.627
Combustíveis Arinos	21.015.235	1.760.417
	78.274.107	6.186.043
Nutrição Animal		
Fábrica De Ração	316.640.844	40.423.288
Fábrica De Ração Transferência	97.171.800	
	413.812.644	40.423.288
Laticínios		
Laticínios Fabrica	6.439.689	(279.617)
Laticínios Itambé	102.216.008	14.253
	108.655.697	(265.364)
Supermercado		
Supermercado Unai	49.488.029	1.267.725
Supermercado Arinos	9.924.892	277.224
Supermercado Cab Grande	6.101.200	455.556
Supermercado Dom Bosco	3.767.062	185.794
Supermercado Buritis	7.665.634	(122.237)
Supermercado Natalândia	3.554.183	99.122
	80.500.999	2.163.184
Setores Subsidiados		
Oficina Mecânica - Venda	4.348.615	692.527
Agropecuária	861.157	(473.236)
Despachante	437.448	(98.720)
Oficina Mecânica - Serviço	1.004.455	(57.918)
Abatedor Arinos	68.813	(66.723)
	6.720.488	(4.070)
Resultado setores	896.147.082	69.523.410

Assistência Técnica Educacional	(4.735.008)
Financeiro	(18.334.429)
Administrativo	(19.614.051)
Resultado operacional	26.839.922
Créditos extemporâneo PIS E COFINS	11.274.006
Provisão para não realização de imposto PIS e COFINS / ICMS/IRPJ CSLL	(7.806.569)
Juros sobre capital próprio	(3.564.179)
Utilização da RATES, líquido dos atos com não associados	4.735.008
Realização da reserva de reavaliação e do AAP, líquido do tributo diferido	1.048.700
Subtotal	32.526.888
Reserva legal – 10%	(3.252.689)
RATES – 5%	(1.626.343)
Fundo de capitalização – 30%	(9.758.067)
Fundo de desenvolvimento – 35%	(11.384.411)
Subtotal Reservas	(26.021.510)
Sobras à Distribuição da Assembleia	6.505.378

Planejamento Financeiro 2024

Lojas Agroveterinárias	Faturamento Bruto	Resultado Líquido
Agroveterinária Unai	160.291.535	12.379.932
Agroveterinária Arinos	18.034.909	1.307.249
Agroveterinária Bonfinópolis	18.469.550	1.468.459
Agroveterinária Brasilândia	13.491.726	1.125.809
Agroveterinária Buritit	33.318.460	3.012.082
Agroveterinária Cab Goiás	7.994.498	711.523
Agroveterinária Cab grande	16.807.499	1.465.910
Agroveterinária Dom Bosco	10.636.895	706.835
Agroveterinária Natalândia	7.564.761	490.679
Agroveterinária Riachinho	13.377.328	1.275.305
Agroveterinária Ruralminas	5.183.504	333.889
Agroveterinária Uruana	9.858.476	938.903
Agroveterinária Uruçuaia	5.593.551	354.791
	320.622.693	25.571.367
Postos de combustíveis		
Combustíveis Unai	60.121.815	4.998.215
Combustíveis Arinos	22.065.997	1.970.569
	82.187.812	6.968.785
Nutrição Animal		
Fábrica De Ração	332.472.887	41.163.310
*Fábrica De Ração Transferência	102.014.337	
	434.487.223	41.163.310
Laticínios		
Laticínios Fabrica	6.632.880	-279.617
Laticínios Itambé	105.282.488	560.558
	111.915.368	280.941
Supermercado		
Supermercado Arinos	10.421.137	372.183
Supermercado Cab Grande	6.406.260	455.760
Supermercado Dom Bosco	3.955.415	188.353
Supermercado Natalândia	3.731.892	134.663
Supermercado Unai	51.962.430	1.484.641
	76.477.134	2.635.601
Setores Subsidiados		
Oficina Mecânica - Venda	4.566.046	736.013
Agropecuária	904.215	-473.236
Despachante	459.320	-74.366
Oficina Mecânica - Serviço	1.054.678	-50.223
Abatedor Arinos	72.254	-66.723
	7.056.513	71.465
Margem de Contribuição	930.732.407	76.691.468
Resultado Financeiro		-18.792.790
Despesas Administrativa		-20.202.473
Resultado Operacional		37.696.205




Princípios Cooperativistas:

- *Adesão Voluntária e Livre;*
- *Gestão Democrática;*
- *Participação Econômica dos Membros;*
- *Autonomia e Independência;*
- *Educação, Formação e Informação;*
- *Intercooperação;*
- *Interesse pela Comunidade.*



Cooperativa Agropecuária Unai Ltda

Rua Prefeito João Costa, 1375 - Bairro Planalto
Telefone: (38) 2102-5100 - Caixa Postal 05 - CEP 38.616-064 - Unai - MG

www.capul.coop.br    CapulOficial

somoscoop